



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CAMPUS AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS JOSÉ DA SILVA

**INFLUÊNCIA DOS CICLOS ELEITORAIS E DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS
SOBRE OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA:** uma análise dos impactos no PIB,
inflação e desemprego de 1999 a 2019

Caruaru

2023

LUCAS JOSÉ DA SILVA

**INFLUÊNCIA DOS ANOS ELEITORAIS E DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS
SOBRE OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA:** uma análise dos impactos no PIB,
inflação e desemprego de 1999 a 2019

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Econômicas do Campus Agreste
da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, na modalidade de monografia,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel em Economia.

Área de concentração: Economia e
Ciência Política

Orientador (a): Klebson Humberto de Lucena Moura

Caruaru

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Lucas José da .

Influência dos ciclos eleitorais e das ideologias partidárias sobre
os países da América Latina: uma análise dos impactos no PIB,
inflação e desemprego de 1999 a 2019 / Lucas José da Silva. -
Caruaru, 2023.

38, tab.

Orientador(a): Klebson Humberto de Lucena Moura

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Ciclos político-econômicos e eleitorais. 2. Partidos políticos. 3.
Ideologias partidárias. 4. Políticas públicas. I. Moura, Klebson Humberto de
Lucena. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

LUCAS JOSÉ DA SILVA

**INFLUÊNCIA DOS ANOS ELEITORAIS E DAS IDEOLOGIAS PARTIDÁRIAS
SOBRE OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA: uma análise dos impactos no PIB,
inflação e desemprego de 1999 a 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Econômicas do Campus Agreste
da Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, na modalidade de monografia,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel em Economia.

Aprovada em: 15/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Klebson Humberto de Lucena Moura
(Orientador)
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Leandro Willer Pereira Coimbra
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco

Genésio Avelino da Silva
Mestrando em economia - CAA
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pois sem Ele eu não conseguiria chegar a lugar algum. Agradeço aos meus familiares pelo contínuo apoio, em especial meu pai, José Laureano da Silva Irmão, a minha mãe, Marinalva Beserra da Silva, e a minha noiva, Josefa Luana Ribeiro.

Agradeço ao meu orientador, Klebson Humberto de Lucena Moura, pela determinação, pela paciência em ter me ajudado na construção deste trabalho e pelo compartilhamento de conhecimentos, além das excelentes disciplinas ministradas com maestria.

Por fim, agradeço ao curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste por todo o aprendizado adquirido ao longo de toda essa trajetória. Agradeço a todos os professores que puderam me ajudar na obtenção de conhecimento, contribuindo com a minha formação e o apreço pela área da Economia.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre os dados macroeconômicos dos países da América Latina com os ciclos políticos eleitorais, para o período de 1999 a 2019, observando os períodos próximos as eleições. Esta pesquisa baseou-se em dados referentes a 14 países latino-americanos, que são eles a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Foi adicionado ao modelo o coeficiente de abertura, afim de incrementar a globalização entre os países. Através dos modelos de Nordhaus, Alesina, Hibbs e outros, foram explicadas as definições de ciclos político-econômicos e ciclos político-partidários, assim como a apresentação de dados históricos que demonstram momentos em que houveram interferência política, levando também em consideração a ideologia partidária do governo vigente, afim de manipular o resultado das eleições. Os dados observados nos mostraram que em alguns casos houveram indícios que corroboram com os ciclos, sejam eles ciclos oportunistas ou partidários. Porém, é importante salientar que muitas outras variáveis poderiam entrar na análise para poder explicar melhor e complementar, buscando evidenciar a existência ou não desses ciclos.

Palavras-chave: América Latina; ciclos político-econômicos; ciclos político-eleitorais; macroeconomia; instituições políticas; ideologia partidária.

ABSTRACT

This work aims to present the evolution of macroeconomic data from Latin American countries for the period from 1999 to 2019, observing the periods close to the elections (pre-election, electoral and post-election years), taking into account the globalization of countries , using the coefficient of openness of each country in the statistical analyses, in order to examine the existence of electoral political cycles in the recent democratic period. Therefore, this research was based on data from 14 Latin American countries, which are Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Ecuador, Guatemala, Honduras, Paraguay, Peru, Dominican Republic and Uruguay. Through the models of Nordhaus, Alesina, Hibbs and others, the definitions of political-economic cycles and political-partisan cycles were explained, as well as the presentation of historical data that demonstrate moments in which there was political interference, also taking into account the party ideology. of the current government in order to manipulate the results of the elections. The analyzes of the cycles for Latin American countries were based on statistical calculations and, based on the results obtained, the necessary observations were made, explaining their existence or not. To facilitate the understanding of the results obtained, tables will be presented, where the results of the calculations will be shown, and graphs, presented individually for each country, explaining how the macroeconomic variables studied here have changed in periods prior to the elections, in electoral years and post-election periods.

Keywords: Latin America; political-economic cycles; political-electoral cycles; macroeconomics; political institutions; party ideology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Modelos de ciclos político-econômicos.....	17
Quadro 4.1.1 - Taxa de variação percentual do PIB, conforme os espectros políticos e os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral.....	26
Quadro 4.2.1 - Taxa de variação percentual do desemprego (dados anualizados), conforme os espectros políticos e os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral.....	28
Quadro 4.3.1 - Taxa de variação percentual da inflação (dados anualizados), conforme os espectros políticos e os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1.1 - América Latina: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais, de 1999 a 2019.....	36
Gráfico 1.2.1 - América Latina: Evolução da taxa de desemprego (em %) em anos eleitorais, de 1999 a 2019.....	37
Gráfico 1.3.1 - América Latina: Evolução da taxa de inflação (em %) em anos eleitorais, de 1999 a 2019.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS.....	14
2.1	Modelos tradicionais.....	17
2.2	Modelos racionais	20
3	METODOLOGIA	22
4	OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS NA AMÉRICA LATINA.....	24
4.1	Variação do PIB, eleições e ideologias	24
4.2	Variação no desemprego, eleições e ideologias	27
4.3	Variação na inflação, eleições e ideologias.....	29
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE A – EVOLUÇÃO DO PIB EM ANOS ELEITORAIS.....	36
	APÊNDICE B – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM ANOS ELEITORAIS	37
	APÊNDICE C – EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO EM ANOS ELEITORAIS	38

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do trabalho de Keynes em 1936¹, as políticas públicas ganharam bastante relevância, e com base em suas ideias, os governantes dirigiam suas políticas na busca da melhoria do bem-estar e do desenvolvimento econômico. Tradicionalmente aceita-se que as oscilações ocorridas na economia de uma localidade são motivadas por questões puramente econômicas. No entanto, após trabalhos desenvolvidos por Downs ([1957], 1999), esses argumentos passaram a ser questionados, onde eles procuraram explicar alguns elementos significativos da vida política. Foi a partir da ideia desse autor que começaram os estudos sobre a teoria da escolha racional. Vale destacar os estudos de Downs, que influenciou autores como Nordhaus (1975), Hibbs (1977) e Alesina (1987), onde apontavam que os partidos estavam preocupados em realizar políticas públicas para ganhar as eleições, e não para melhorar as condições de vida da população, como apontava a teoria keynesiana.

As flutuações econômicas ocorridas dentro de uma economia podem ser motivadas por questões eleitoreiras, onde os policymakers² criam políticas públicas, sejam elas para reduzir o desemprego ou injetar dinheiro na economia, por exemplo, para benefício próprio ou de pessoas próximas. A implementação de políticas (monetária e/ou fiscal) varia de governo para governo, mas todas elas influenciam, seja positiva ou negativamente. A questão é saber se as execuções dessas políticas são realizadas com o intuito de promover a melhoria do bem-estar da sociedade, ou apenas para benefício próprio ou de algumas poucas pessoas.

Com base na teoria dos ciclos político-econômicos, em sua definição básica, “um ciclo político-econômico ocorre quando, em ano de eleição, o governo incumbente tenta manipular a economia, por meio de uma política fiscal e/ou monetária mais

¹ A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda

² Formuladores de políticas

frouxa, a fim de aumentar sua popularidade e aumentar as chances de continuar no poder” (Almeida, 2020, p. 6), será analisado estas influencias político-partidárias. Segundo (Borooah, 1987) “A proposição básica aqui é que antes de uma eleição, um aumento inflacionário da economia faz com que o emprego e as rendas aumentem e provoque uma resposta favorável dos eleitores. O preço em termos de inflação mais alta é pago após a eleição”

A teoria dos ciclos político-econômicos se divide em duas grandes partes, que são elas os ciclos oportunistas, baseados primordialmente nas ideias de Nordhaus (1975), seguido de Rogoff e Siebert (1988), Rogoff (1990) e Persson e Tabellini (1990), e a segunda parte refere-se aos ciclos partidários, desenvolvida por Hibbs (1977) e Alesina (1987) (PUCHALE, 2019, p.15). No primeiro caso, os ciclos oportunistas, são voltados a explicar o lado mais individualista, no que tange a execução de políticas públicas única e exclusivamente para buscar a maximização do voto e a permanência no poder. O agente político, com o poder de manipular as variáveis que impactam diretamente a vida das pessoas, utiliza políticas expansionistas, aumenta os gastos públicos, busca promover ações que beneficiem a sociedade de um modo geral, sempre buscando mexer nas variáveis de fácil visualização eleitoral (FIALHO, 1999).

Por outro lado, temos os ciclos político-partidários, estes voltados a explicar como as ideologias políticas e seus partidos políticos podem influenciar na tomada de decisão, no que se refere as políticas públicas. Perspectiva originada a partir dos estudos de Hibbs (1977 e 1987), buscou-se explicar como as ideologias partidárias, sejam elas de esquerda, centro ou direita, influenciam na tomada de decisão dos formuladores de políticas. É sabido que todo partido, dada a sua ideologia, toma decisões com base nelas. Segundo Hibbs (1977), partidos de esquerda tendem a dar prioridade a intervenções do Estado na economia, e com isso preferem praticar políticas mais voltadas para o lado social, como a diminuição do desemprego, mas em contrapartida tendem a deixar a taxa de inflação mais elevada. Já em relação aos partidos de ideologia de direita, tem-se uma maior preocupação com o mercado, no qual preferem promover um maior controle dos preços e estabilização financeira ante uma redução no desemprego e de diferenças sociais. Ou seja, dar-se-á maior importância para uma redução da taxa de inflação.

Este assunto é de fundamental importância para que se possa visualizar a forma como cada governante trabalha, seja ele de ideologia de esquerda, centro ou direita. Apesar de muitas controvérsias relacionadas a esse tema, se de fato existem ou não esses ciclos, há evidências de que eles existem (Nordhaus, 1975; Borsani, 2003). Em muitos casos é possível ver uma baixa nos indicadores de crescimento (PIB), seguidos de alta na inflação e na taxa de desemprego em anos pós-eleitorais. Isso é relativo, pois varia de acordo com a ideologia que cada governante segue.

A escolha de se fazer um estudo sobre a América Latina surgiu devido à baixa quantidade de pesquisas relacionadas a esses ciclos na região. Um dos mais recentes estudos foi o de Borsani (2003). No entanto, o autor aborda uma série temporal que difere da utilizada neste trabalho, além de que nele não é abordado os impactos efetivos da globalização e integração dos mercados financeiros.

O presente trabalho procura levantar hipóteses em relação aos ciclos político-econômicos e eleitorais acerca dos países emergentes da América Latina e como isso pode influenciar as variáveis macroeconômicas aqui estudadas: variação do produto (PIB), desemprego e inflação. É possível visualizar essas tendências? As ideologias partidárias (esquerda, centro e direita) influenciam nestes resultados? Com base em pesquisas bibliográficas, buscou-se encontrar respostas acerca deste assunto, definindo a ideologia de cada governo, e como cada um deles modificou os agregados macroeconômicos.

A partir de uma pesquisa empírica, buscou-se analisar a influência dos ciclos eleitorais e da ideologia dos partidos governantes sobre as variáveis macroeconômicas (PIB, desemprego e inflação). Os países incluídos variam, conforme a disponibilidade de dados. Foram escolhidos 14 países, são eles – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai, para o período de 1999 a 2019.

O objetivo deste trabalho consiste em observar a existência ou não de ciclos políticos eleitorais, apresentando dados que mostram a evolução dos agregados macroeconômicos selecionados (produto (PIB), desemprego e inflação), por país, para anos próximos a períodos eleitorais (abrangendo o período de 1999 a 2019) e

investigar se ideologia partidária (esquerda, centro ou direita) tem influência nas variáveis aqui selecionadas, utilizando-se da variável coeficiente de abertura, que mede o grau de integração da economia entre os países.

2 OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

Os estudos acerca da teoria dos ciclos político-econômicos, presente principalmente nos fundamentos da economia política, não foi algo tão abordado pelos economistas clássicos. A partir dos estudos de Anthony Downs, em “An Economic Theory of Democracy”, publicado em 1957 foi um ponto de partida para o início dessa abordagem teórica. Uma famosa frase de Downs (1999, apud Costa, 2012, p. 20) diz que “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”. O governo, então, estaria preocupado em formular políticas somente para angariar votos, e os eleitores estariam interessados em votar nos partidos que os trouxessem mais benefícios.

Sob grande influência de Downs, William Nordhaus buscou estudar mais a fundo sobre essas questões. De acordo com Nordhaus (1975, apud Borsani, 2003, p. 35) “a teoria do ciclo político-econômico, que analisa a interação do sistema político com o sistema econômico, surge do fato óbvio de que os eleitores se preocupam com a economia, enquanto os políticos se preocupam com o poder”. Os eleitores têm informações assimétricas, no que diz respeito ao futuro da economia, ao passo que a classe política tem todos os privilégios de saber, além de ter em mãos os mecanismos de ajuste, dos quais os mesmos implementam a suas ideias.

Independentemente da ideologia que está no poder, sempre será buscado realizar políticas que influenciem os agregados macroeconômicos (PIB, inflação e desemprego) de modo que possa conquistar o voto do eleitor. Downs (1957) explica que o eleitor está atrás do benefício líquido³. Segundo Frohlich & Oppenheimer (1978, apud Costa, 2012, p. 22) “para Downs, então, as principais recompensas de votar surgem de fontes diversas, as diferenças das alternativas sendo consideradas e a preservação do sistema democrático”. Nordhaus (1975) também fala que o eleitor busca o benefício líquido, porém ele vem através das políticas públicas, que venham a reduzir o desemprego. Mas em todos os casos, o governo sempre irá buscar a

³ Ganhos menos o custo de sua decisão.

maximização dos votos para poder manter-se no poder (Downs, 1957; Nordhaus, 1975), o que acaba variando é apenas a forma como cada uma lida com os seus eleitores, pois para cada sociedade tem-se uma demanda a ser suprida, seja ela a redução do desemprego ou uma maior estabilidade econômica (baixa taxa de inflação e crescimento contínuo da economia).

Se olharmos por uma ótica mais simplista, é bastante comum ver obras sendo inauguradas em anos próximos das eleições. Isto não é uma prova de que realmente exista oportunismo baseado em interesses próprios, no entanto, são por ações como essas que despertam a curiosidade dos pesquisadores em poder encontrar tais motivações, e com isso formular estudos científicos bem fundamentados. Políticas de redistribuição de renda, como o caso do Bolsa Família no Brasil, as vezes são usados em palanques políticos para atrair votos, onde muitas vezes as pessoas acabam comprando essa ideia, muito devido a própria manipulação que a classe política acaba fazendo.

Neste contexto, Borsani (2003), afirma:

Desta forma, os governantes, preocupados em obter a maioria das preferências do eleitorado, procuram implementar, antes das eleições, políticas com resultados satisfatórios visíveis a curto prazo, mesmo que economicamente ineficientes a médio ou longo prazo. Existem duas razões fundamentais pelas quais os governos produziram essa ineficiência econômica: a) a preocupação em conseguir a maioria dos votos e manter-se no poder leva à implementação de políticas com benefícios a curto prazo e custos a longo prazo; b) os benefícios podem ser atribuídos ao governo, mas os custos são difíceis de vincular a uma única causa (justamente por serem de médio ou longo prazo). (P. 37)

Mas os políticos não estariam apenas interessados em ganhar as eleições, como também agradar a sua base ideológica. De acordo com Hibbs (1987, apud Gobbi, 2011, p. 10), ele falava que “o elemento ideológico influenciava nas decisões políticas, assim, os políticos agiam com base na ideologia partidária e não eram chamados de oportunistas”. De acordo com essa ideia, a depender de quem está no poder, o seu espectro ideológico (seja de esquerda, centro ou direita) terá influência sob as decisões tomadas no âmbito econômico, e as suas consequências se diferirão daquelas obtidas mediante os ciclos político-eleitorais, defendida por Nordhaus (1975) et al.

O oportunismo por parte dos políticos é algo bastante comentado até no dia a dia das pessoas, mas ainda carece de estudos, em especial para a região dos países Latino-americanos. O foco da maioria dos estudos sobre ciclos político-econômicos está mais voltado para os países desenvolvidos. Dos poucos trabalhos para nossa região, um dos mais recentes referente a este tema, especificamente para a América Latina, é o de Borsani (2003). No período que abrangeu o livro de Borsani, alguns países, como Brasil, Argentina e Paraguai, estavam nos anos finais de suas ditaduras, e, portanto, é um cenário que acaba se diferenciando bastante do qual vivemos nos dias de hoje.

Mas, com tudo isso, está sendo satisfatório a execução de algumas políticas, em especial em anos eleitorais? Para cada país, temos diferentes culturas, diferentes passados, dos quais tem interferência direta nas conclusões a que se chegam determinadas decisões.

Em muitos casos, pouco importa se o endividamento do país está subindo. O que mais se almeja no meio político é a permanência no poder, e as consequências a serem pagas (pela população), normalmente de médio a longo prazo, são só “detalhes” dos quais um futuro governante vai ter que arcar. E isso pode vir a acontecer independentemente da ideologia partidária da qual a nação está sendo comandada. O poder de manipulação vai depender também do tamanho do Estado. Como relata Luiz Philippe de Orleans e Bragança, em seu livro “Por que o Brasil é um País atrasado? ”:

Por que as instituições estatais têm sido a força motriz de nossa política e economia por muito tempo sem transparência, sem competição de mercado, e, portanto, sem eficiência. A classe média, em geral, e a sociedade empreendedora têm sido sistematicamente afastadas da política e sufocadas pelas diversas regulamentações dos agentes do Estado. Pois justamente a sociedade empreendedora e a classe média, não o Estado, é que deveriam responder aos desafios políticos de criar um país próspero, com alto desenvolvimento humano. (P. 239)

Este capítulo tem como objetivo apresentar os diferentes modelos da teoria dos ciclos político-econômicos e sua evolução ao longo do tempo, mostrando as diferentes visões e o papel das expectativas dos agentes, que serão divididos em quatro grupos, que são eles: modelos oportunistas tradicionais, modelos partidários tradicionais,

modelos oportunistas com expectativas racionais e os modelos partidários com expectativas racionais. Para poder explicar melhor esses conceitos, “foram criados os modelos oportunistas racionais e modelos partidários racionais” (Borsani, 2003, p.59). Abaixo, está apresentado no quadro 2.1, onde encontram-se os principais autores para estes referidos modelos:

Quadro 2.1
Modelos de ciclos político-econômicos

	Modelos Oportunistas	Modelos partidários
Comportamento não racional	Nordhaus	Hibbs (1977)
Comportamento racional	Rogoff e Siebert (1988) Person e Tabellini (1990)	Alesina (1987)

FONTE – ALESINA, ROUBINI, COHEN (1997, Apud Borsani, 2003, p. 59.)

2.1 Modelos tradicionais

Os modelos tradicionais (comportamento não racional) dos ciclos político-econômicos têm esse nome “porque foram desenvolvidos numa época em que prevalecia a crença de que a economia seria caracterizada por uma curva de Phillips de curto prazo, perfeitamente explorável pelos responsáveis pela política econômica” (PREUSSLER, 2001, p. 14). A existência desse trade off entre inflação e desemprego se dava pelo fato de os agentes econômicos terem expectativas adaptativas. Anos depois, com o incremento dos estudos acerca das expectativas racionais, houve a necessidade de uma revisão nesses estudos (PREUSSLER, 2001).

Os modelos tradicionais se dividem em dois aspectos, os modelos de ciclos oportunistas e os modelos de ciclos partidários, onde no primeiro, os agentes públicos estão apenas preocupados em se manter no poder, e para isso fazem uso da máquina pública, e no segundo caso, os governantes buscam agradar a sua base ideológica,

seja de esquerda, centro ou direita, dos quais tem influência direta nos resultados das eleições. A seguir, serão apresentados os modelos tradicionais, oportunistas e partidários, assim como os modelos racionais.

O princípio básico dos ciclos oportunistas está na formulação de políticas públicas para a permanência no poder, independentemente das ideologias partidárias e dos resultados econômicos pós eleições. Tendo como base os estudos de Anthony Downs (1957), os governantes buscam a maximização do voto mediante investimentos públicos, procurando equalizar ganhos X gastos. Segundo Downs (1997, apud Costa, 2012, p. 23) “os gastos são aumentados até que o ganho de votos do dólar marginal gasto iguale a perda de votos do dólar marginal financiado. ”

William Nordhaus (1975) deu prosseguimento aos estudos acerca dos ciclos oportunistas, verificando estes ciclos para 9 países (Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Nova Zelândia, Suécia, Reino Unido), entre 1947 e 1972. Estes estudos buscam explicar os comportamentos das pessoas a partir das expectativas adaptativas, usando a curva de Phillips para poder explicar que, em momentos próximos das eleições, os governantes, mediante emissão de moeda ou gasto público, buscam diminuir a taxa de desemprego em troca de uma elevação da taxa de inflação pré-eleição, ao passo que após as eleições, essa taxa de inflação aumenta em maiores proporções, que se segue por um decréscimo (da taxa de inflação) junto com um menor crescimento do produto, e consequente alta na taxa de desemprego, devido as políticas de ajuste que visam controlar a elevação dos preços (Borsani, 2003).

Essa modelo sofreu várias críticas, devido ao fato de que o eleitor era “míope”, ou seja, não era capaz de aprender com os contínuos ciclos eleitorais. Uma das principais críticas recebidas foi a seguinte (Costa, 2012):

Tais modelos de ciclo dos negócios políticos têm dois problemas fundamentais. Eles se apoiam no fato dos eleitores serem constantemente enganados, e no fracasso da comunidade de negócios de antecipar o comportamento do presidente, o que poderia solapar sua competência para tratar da economia. (Apud Costa, 2012, Wittman, 1999).

A infalibilidade deste modelo proposto inicialmente por Downs e posteriormente posto em prática nos estudos de Nordhaus está sujeito a informação assimétrica do

eleitor, e com essa carência de informações, o governo incumbente pode manipular as variáveis macroeconômicas para tentar se manter no poder.

Assim como no modelo de ciclos oportunistas tradicional, o modelo de ciclos partidários tradicional também explica o comportamento das pessoas com base nas expectativas adaptativas, utilizando a relação inversa que a curva de Phillips original mostra, entre inflação e desemprego. Porém, neste modelo, leva-se em consideração os partidos políticos e suas ideologias, e como elas interferem nas flutuações cíclicas da economia (FIALHO, 1999).

Os ciclos partidários são relacionados as despesas públicas e ao viés ideológico (Puchale, 2019). Estes ciclos “não são guiados exclusivamente pela maximização do voto, mas também pelo objetivo de implementar determinadas políticas públicas” (Borsani, 2003, p.71). Os partidos com ideologia de esquerda tendem a ter gastos públicos mais elevados, tendo em vista que há uma maior preocupação com o bem-estar social. Assim, prezam por uma menor taxa de desemprego, mas como consequência desses gastos, tendem a entregar uma taxa de inflação mais elevada. Já os partidos com ideologia de direita procuram satisfazer mais o mercado, buscando a redução dos gastos públicos, maior preocupação no controle da inflação e maior conservadorismo, principalmente no que se refere as incertezas de longo prazo.

Para o caso da América Latina, há uma diferenciação destes países em relação àqueles que fazem parte da OCDE⁴, dada a maior taxa de desigualdade social (Corrêa, 2015, apud Bolzan, 2016). Enquanto partidos de esquerda se preocupam mais com a redistribuição da renda, os partidos com o espectro de direita preocupam-se mais com a manutenção da ordem e a garantia da propriedade privada (Bolzan, 2016).

⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Site: <https://www.oecd.org/latin-america/paises/brasil-portugues/>

2.2 Modelos racionais

Os modelos de ciclos político-econômicos racionais usam, como o próprio nome diz, as expectativas racionais. Ou seja, as pessoas não mais se baseiam em acontecimentos passados, ignorando então as expectativas adaptativas, presente nos modelos partidários tradicionais, mas buscam entender as mudanças que estarão por vir. De acordo com Lucas (1969), quando mudanças na política econômica são antecipadas, os agentes fazem os devidos ajustes nas suas expectativas em relação ao futuro. Isso nos leva a crer que o governante tem maiores dificuldades em manipular os dados para fins eleitoreiros.

Dadas as maiores dificuldades de uso da máquina pública para fins de manipulação eleitoral, a conciliação entre ciclos políticos e expectativas racionais, os efeitos de políticas sobre a atividade econômica só seriam visíveis se feitas de surpresa (Alesina, 1987, apud Dal-Ri e Correia, 2019). A seguir, serão apresentados os modelos oportunistas e partidários, usando as expectativas racionais.

Da mesma forma que nos ciclos oportunistas tradicionais, nos ciclos oportunistas racionais, os governantes buscam a reeleição, independentemente de ideologias, por meio de políticas que possam manipular a cabeça do eleitorado. Contudo, aqui, os eleitores levam algum aprendizado a cada ciclo pelo qual elas passam (Costa, 2012).

Rogoff e Siebert (1998), em seus estudos, buscaram analisar os ciclos com base na racionalidade e assimetria de informação dos eleitores. De acordo com Bolzan (2016), os eleitores conseguem observar os movimentos oportunistas que os governantes fazem de antemão, sendo desta forma dificilmente iludidos por essas políticas eleitoreiras. No entanto, há de se considerar que mesmo assim as informações são assimétricas para os indivíduos, e com isso, mesmo que seja mais difícil de se efetuar, haverá ciclos político-econômicos, dado que o governo tem melhores e mais apuradas informações.

No modelo referente aos ciclos político-partidários racional de Alesina, assim como no modelo tradicional de Hibbs, haverá alterações no crescimento do produto e/ou desemprego, de acordo com o espectro político ideológico que está no poder

(Borsani, 2003). Para Alesina (1987), algumas premissas básicas devem existir para a vigência do modelo, que são elas: 1) um sistema bipartidário (esquerda e direita), onde cada um possui diferentes preferências em relação ao trade-off entre inflação e desemprego e a taxa de inflação; 2) o período eleitoral é definido de forma exógena. 3) há incerteza quanto ao resultado das eleições; 4) assimetria de informação, no que se refere a distribuição das preferências do eleitorado, por parte dos políticos; 5) os eleitores não têm total lucidez quanto ao partido que ganhará as eleições (Puchale, 2019).

Esses modelos buscam introduzir as expectativas racionais aos modelos clássicos. Sob a hipótese de que o eleitor pode antecipar os comportamentos do governo, a forma como as políticas públicas vão ser implementadas varia, até mesmo em governos de mesmo espectro político ideológico. Em estudos feitos por Alesina (1987), viu-se que em governos Republicanos há uma recessão no início do mandato, ao passo que nos Democratas as taxas de inflação são mais altas.

O eleitor votará no partido não mais apenas conforme os “incentivos” de um eventual governo, como nos modelos de ciclos oportunistas, tanto tradicional (Nordhaus, 1975), como os oportunistas racionais (Rogoff e Siebert, 1988; Persson e Tabellini, 1990), além de que, ao longo do tempo, diferente do modelo de Hibbs (1977), o eleitor vai aprendendo conforme os ciclos acontecem. A racionalidade, a ideologia e as expectativas passam a exercer um papel chave na disputa eleitoral (Costa, 2012).

3 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza por uma pesquisa de caráter quantitativo, utilizando variáveis macroeconômicas coletadas do Banco Mundial, dummies referentes aos anos próximos as eleições (como forma de explicar os ciclos oportunistas), e dummies referentes as orientações ideológicas (como forma de explicar os ciclos partidários), além do coeficiente de abertura, que mede o grau de interação entre os Países.

Para efetivar esta pesquisa, foram selecionados 14 países pertencentes a região da América Latina – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Os países foram selecionados conforme disponibilidade dos dados no Word Bank⁵, além de se ater a nações democráticas, com eleições regulares.

Foram escolhidos como variáveis dependentes do estudo a variação percentual do PIB, a taxa de inflação e a taxa de desemprego. Também foram criadas variáveis *dummies*, que são referentes aos anos pré-eleitorais, os anos eleitorais e os anos pós-eleitorais, para cada país. Também foram criadas variáveis *dummies* referentes as ideologias políticas dos partidos, conforme classificação feita por Coppedge (1997) para os partidos latino-americanos. Para simplificar, definiu-se as variáveis de orientação ideológica como esquerda, centro ou direita. Outra variável, para mostrar a participação e interação dos países latino americanos, foi o coeficiente de abertura, que é a soma das importações e as exportações do país em razão do PIB, importante para mensurar o grau de interação econômica entre as nações.

O presente trabalho terá três modelos econométricos, onde em cada um terá um espectro político, de forma independente, colocados em forma de dummies, assim como os períodos próximos as eleições. Vale salientar que, apesar de ser apresentado apenas um modelo abaixo, a variável dummy que representa o espectro político (direita, centro e esquerda) entra separadamente, de tal forma que se utilize três modelos. O modelo pode ser expresso em termos gerais através da equação:

⁵ Página inicial: <https://www.worldbank.org/en/home>

$$y_{it} = \alpha + \sum \beta_1 y_{i(t-1)} + \beta_{2XANTELEPit} + \beta_{3XELEPit} + \beta_{4XAPOSit} + \beta_{5XORIDEit} + \beta_{6XCOABERTit} + \varphi_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde y_{it} equivale à variável dependente de cada modelo; α representa a constante da regressão; $\sum \beta_1 y_{i(t-1)}$ equivale a variável dependente defasada; $\beta_{2XANTELEPit}$ representa a variável dummie referente ao período pré-eleitorais; $\beta_{3XELEPit}$ representa a variável dummie referente ao ano eleitoral; $\beta_{4XAPOSit}$ representa a variável dummie referente ao período pós-eleitoral. Cada modelo será representado por um desses três períodos, sendo assim, para o ano estudado o valor da dummy será 1, e 0 para os outros, se repetindo para todos eles; $\beta_{5XORIDEit}$ equivale as variáveis dummies referente as orientações ideológicas. Esta variável é composta por três dummies, direita, centro e esquerda, e elas são inseridas de maneira isolada no modelo; $\beta_{6XCOABERTit}$ está variável representa o coeficiente de abertura, que é a soma das importações e exportações dividido pelo PIB, servindo para medir o grau de interação entre as nações;; φ representa o efeito fixo do modelo e ε_{it} representa o termo de erro do modelo; o subscrito “i” representa o número de países, que vai de 1 à 14, e o subscrito “t” representa o período estudado, que vai de 1999 a 2019.

4 OS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS NA AMÉRICA LATINA

Na região latino-americana, é possível observar algo como os ciclos político-econômicos como forma de angariar votos? É perceptível que haja influência dos partidos políticos e suas ideologias para fins eleitoreiros? Neste capítulo serão explanadas análises estatísticas e econométricas, visando explicar alguns questionamentos como esse. Vale salientar que esta pesquisa não visa explicar as causas de quaisquer alterações nas variáveis selecionadas para cada país, mas apenas mostrar se há ou não indícios de que exista tais ciclos, sejam eles oportunistas ou partidários, no período democrático recente. Diferente do período de estudo realizado por Borsani (2003), onde haviam muitas interferências externas, como fora o caso da crise da dívida externa Mexicana em 1982 (Costa, 2012), como internamente, onde países, como o Brasil, onde ainda era comandado pelo regime militar, e só veio ter eleições diretas em 1989.

A seleção dos países se deu conforme a disponibilidade dos dados no Word Bank, como também foi dada prioridade a países cuja democracia prevalecia, com eleições regulares. O capítulo segue, então, subdividido em três partes, cada uma explicando as variáveis macroeconômicas selecionadas: Variação do PIB, taxa de inflação e taxa de desemprego.

4.1 Variação do PIB, eleições e ideologias

Nesta seção, serão analisados os resultados da regressão referente a variável dependente Variação do PIB, afim de demonstrar se há ou não a presença de ciclos político-eleitorais, sejam eles oportunistas ou partidários. Para tal, foram selecionados 14 países da América Latina, conforme disponibilidade de dados, e todos sendo regimes democráticos no período analisado, que se inicia em 1999 e vai até 2019. Os modelos das equações contêm todas as variáveis, com exceção da dummy que representa o espectro político do governo vigente, que foi incluído separadamente. Sendo assim, no modelo um está inserido o espectro político de esquerda, no segundo

modelo o espectro político de centro, e por último, no modelo três está contido o espectro político de direita.

Para o caso da análise do PIB, foram inseridas variáveis que representam cada um dos anos do período de análise, assim como no trabalho realizado por Borsani (2003). Isso foi feito para controlar efeitos anuais que interferem nas economias de todos os países, como é o caso do preço das commodities e os juros internacionais, principalmente nesta análise, dos quais nenhum país é desenvolvido, e consequentemente é mais vulnerável a determinadas alterações externas.

Este modelo possui efeitos fixos, controlados pelo ano inicial, 1999. Como é possível observar nos números apresentados na tabela, as variáveis que representam os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral, apesar de apresentarem uma tendência semelhante ao modelo oportunista de Nordhaus (1975), não é estatisticamente significativa. No que diz respeito às expectativas do modelo de ciclos partidários, também se observa que em nenhum dos três casos há significância estatística, indo na contramão daquilo que os autores dos ciclos partidários diziam, como Hibbs (1977) e Alesina (1987).

No tocante a variável explicativa escolhida para mensurar o grau de abertura econômica dos países (ou o nível de dependência que os países têm para com outros, sejam desenvolvidos ou não), a variável Coeficiente de abertura apresentou significância estatística no modelo 1, onde se inclui a dummy que representa o governo de esquerda. Nos outros dois modelos, que incluem governos de Centro e de Direita, não há significância estatística.

Quadro 4.1.1 Taxa de variação percentual do PIB, conforme os espectros políticos e os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral

Variável dependente – variação percentual do PIB			
Variáveis independentes	Modelos		
	(1)	(2)	(3)
Constante	1,8197** (0,012)	2,1686*** (0,004)	2,0432*** (0,004)
Lag do PIB	0,3517*** (0,000)	0,3568*** (0,000)	0,3610*** (0,000)
Ano pré-eleitoral	0,0237 (0,948)	0,0344 (0,925)	0,0428 (0,906)
Ano eleitoral	0,5394 (0,148)	0,5303 (0,157)	0,5469 (0,144)
Ano pós-eleitoral	-0,0704 (0,484)	-0,0613 (0,868)	-0,0622 (0,866)
Partido de Esquerda	0,4170 (0,159)		
Partido de Centro		-0,4008 (0,475)	
Partido de Direita			-0,2199 (0,482)
Coeficiente de abertura	1,0533* (0,082)	0,7370 (0,226)	1,0207 (0,110)
2001	-2,4855	-2,4934	-2,4767
2002	-1,7371	-1,7024	-1,6712
2003	-0,0472	-0,00296	-0,0112
2004	1,1945	1,2380	1,1970
2005	0,6462	0,71265	0,6617
2006	1,2711	1,3426	1,3007
2007	1,0688	1,1671	1,1072
2008	-0,0554	0,07659	0,0081
2009	-4,8129	-4,6516	-4,7135
2010	3,2171	3,4429	3,3783
2011	0,0161	0,1661	0,1268
2012	-1,2442	-1,0976	-1,1277
2013	0,2979	0,3890	0,3996
2014	-1,2670	-1,1834	-1,1731
2015	-1,1988	-1,1266	-1,0940
2016	-1,3677	-1,3000	-1,3039
2017	-0,5458	-0,5035	-,4783
2018	-1,1308	-1,0857	-1,0704
2019	-1,8879	-1,9323	-1,8538
Nº de observações	280	280	280
R ² ajustado	0,4168	0,4134	0,4134

Erro padrão entre parênteses

Coeficientes de efeitos fixos omitidos

*, **, *** - estatisticamente significativa ao nível de 10, 5 e 1 por cento respectivamente.

4.2 Variação no desemprego, eleições e ideologias

Outra variável presente nas análises dos ciclos político-eleitorais é a taxa de desemprego. Neste modelo foi introduzido como variável explicativa o PIB, dada a relevância que essa variável tem em relação a taxa de desemprego. Diferente da análise feita para a variação do PIB, na sessão anterior, onde foram usados os anos, para fins de controle de efeitos externos, aqui foram incluídos os países, como variáveis dicotômicas, para poder controlar eventuais diferenças devido as disparidades estruturais entre os países, que não podem ser explicadas pelas outras variáveis contidas no modelo (Green, 1993; Stimson, 1985, apud Borsani, 2003).

Este modelo tem efeitos fixos controlados pela Argentina. Observando a tabela 4.2.1, vemos que a variável explicativa PIB tem significância estatística em todos os casos, mostrando que PIB e desemprego tem uma relação forte entre elas. No caso dos modelos oportunistas, baseados nos anos próximos as eleições, vemos que tanto no ano pré-eleitoral, como no ano eleitoral e pós-eleitoral, em nenhum dos casos os resultados apresentados pelas regressões foram estatisticamente significativos, o que acaba não corroborando com a teoria. Já em relação aos ciclos partidários, há sim significância estatística em relação aos partidos de esquerda e de centro. Nota-se que o valor obtido para os partidos de esquerda é negativo, o que, com base em autores como Hibbs (1977) et al, faz sentido, pois há uma tendência que partidos de esquerda se atenham mais a políticas sociais, dos quais se inclui a redução do desemprego. Em relação aos partidos de direita, não há significância estatística.

No que se refere a variável explicativa selecionada para medir o grau de dependência (e participação) dos países para com outros, o coeficiente de abertura, em todos os casos obteve sinal negativo, que significa que quanto mais aberta é a economia, menor é a taxa de desemprego, dada a maior participação nas importações e exportações do país. No entanto, não foi constatado significância estatística em nenhum dos casos.

Quadro 4.2.1 Taxa de variação percentual do desemprego (dados anualizados), conforme os espectros políticos e os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral

Variável dependente – variação da taxa de desemprego			
Variáveis independentes	Modelos		
	(1)	(2)	(3)
Constante	11,6817*** (0,6504)	11,2517*** (0,6007)	11,5492*** (0,6404)
PIB	-0,2035*** (0,0419)	-0,1950*** (0,0397)	-0,2156*** (0,0418)
Ano pré-eleitoral	0,1734 (0,3027)	0,1861 (0,2880)	0,1857 (0,3034)
Ano eleitoral	-0,0337 (0,3046)	-0,0651 (0,2896)	0,0145 (0,3054)
Ano pós-eleitoral	0,0860 (0,3040)	0,0837 (0,2892)	0,0630 (0,3046)
Partido de Esquerda	-0,4710* (0,2839)		
Partido de Centro		2,5849*** (0,4593)	
Partido de Direita			-0,3810 (0,3012)
Coefficiente de abertura	-1,5186 (1,4147)	-1,3259 (1,3401)	-1,9048 (1,4121)
Bolívia	-6,7623	-6,8237	-6,5819
Brasil	-1,3653	-2,0526	-1,4107
Chile	-1,1490	-1,4294	-0,9710
Colômbia	1,4681	0,8170	2,0141
Costa Rica	-2,0171	-2,0530	-1,7029
El Salvador	-4,5838	-4,5077	-4,1388
Equador	-5,9091	-5,9620	-5,8460
Guatemala	-7,1880	-6,9838	-6,5968
Honduras	-4,4153	-4,2385	-3,4101
Paraguai	-3,9000	-3,7285	-3,2244
Peru	-5,7070	-5,7373	-5,5748
República Dominicana	-2,9844	-3,1828	-3,0322
Uruguai	-0,3497	-1,2063	-0,3185
Nº de observações	294	294	294
R² ajustado	0,6966	0,7253	0,6954

Erro padrão entre parênteses

Coefficientes de efeitos fixos omitidos

*, **, *** - estatisticamente significativa ao nível de 10, 5 e 1 por cento respectivamente.

4.3 Variação na inflação, eleições e ideologias

A última variável analisada neste trabalho é a taxa de inflação. Apesar das dificuldades de utilização desta variável, dada a sua complexidade e diferenças internas que cada país venha a ter, ela faz parte da análise dos ciclos político-eleitorais, tanto sob a ótica oportunista quanto da partidária. Muitos governantes, de acordo com a teoria dos ciclos político-eleitorais, utilizam da inflação como forma de manipular o panorama econômico as vésperas das eleições, diferenciando se é um ciclo oportunista ou partidário (este último já discutido anteriormente neste trabalho, diferenciando as políticas públicas de esquerda, centro ou direita). Para tanto, foram coletados dados sobre a inflação anualizados, pois em alguns casos não era disponível com o mesmo período de tempo.

Observando os dados da tabela 4.3.1, vemos que a variável explicativa PIB tem significância estatística em todos os modelos, mostrando que esta variável é bastante interligada com a inflação. Muitas vezes, para alcançar um produto maior, há uma taxa de investimento mais elevada, o que nos leva a condição de alta da inflação, em muitos dos casos. As variáveis explicativas referentes aos ciclos oportunistas, ano pré-eleitoral, ano eleitoral e ano pós-eleitoral não são estatisticamente significativas. Do mesmo modo, as variáveis que explicam os ciclos partidários, partido de esquerda, centro ou direita, não tem, em nenhum deles, significância estatística.

A variável coeficiente de abertura, que mensura o quão um país participa ativamente e compartilha da sua economia para com outros países, seja com importações ou exportações, tem significância estatística a nível de 1% em todos os modelos, indicando que esta variável impacta positivamente na inflação.

Quadro 4.3.1 Taxa de variação percentual da inflação (dados anualizados), conforme os espectros políticos e os anos pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral

Variável dependente – variação da taxa de inflação			
Variáveis independentes	Modelos		
	(1)	(2)	(3)
Constante	3,0478 (3,1543)	2,9764 (3,0306)	2,9444 (3,0286)
PIB	-0,7287*** (0,1658)	-0,7285*** (0,1654)	-0,7260*** (0,1651)
Ano pré-eleitoral	0,7914 (1,1566)	0,7927 (1,1566)	0,7810 (1,1565)
Ano eleitoral	0,5803 (1,1632)	0,5795 (1,1628)	0,5592 (1,1632)
Ano pós-eleitoral	-0,2320 (1,1619)	-0,2332 (1,1616)	-0,2209 (1,1616)
Partido de Esquerda	-0,0723 (1,1037)		
Partido de Centro		0,1797 (1,8081)	
Partido de Direita			0,4921 (1,1772)
Coeficiente de abertura	29,3514*** (5,3541)	29,348*** (5,3373)	29,4391*** (5,3344)
Bolívia	-14,8487	-14,8272	-14,9785
Brasil	-2,8648	-2,8924	-2,8565
Chile	-16,6549	-16,6470	-16,7558
Colômbia	-6,1705	-6,1668	-6,4101
Costa Rica	-15,3075	-15,2789	-15,5070
El Salvador	-20,9089	-20,8661	-21,1822
Equador	-4,6822	-4,6644	-4,7544
Guatemala	-12,5399	-12,4806	-12,8802
Honduras	-28,2224	-28,1474	-28,7199
Paraguai	-17,0508	-16,9909	-17,4307
Peru	-10,6857	-10,6650	-10,8235
República Dominicana	-9,6512	-9,6507	-9,6825
Uruguai	-8,1184	-8,1537	-8,1086
Nº de observações	282	282	282
R ² ajustado	0,1772	0,1772	0,1777
Erro padrão entre parênteses			

Coeficientes de efeitos fixos omitidos

*, **, *** - estatisticamente significativa ao nível de 10, 5 e 1 por cento respectivamente.

Após as análises dos dados, pudemos observar que em alguns casos há indícios de ocorrência de tais ciclos, sejam eles oportunistas ou partidários. Porém, se faz necessário um maior arcabouço de dados, além de uma fundamentação teórica mais robusta, buscando trazer evidências que corroborem (ou não) dos ciclos políticos eleitorais. A verdade é que um Estado maior tende a influenciar mais facilmente na economia, para fins pessoais, e não em prol da sociedade.

Nos apêndices deste trabalho, são apresentados gráficos que mostram os valores médios para o PIB, desemprego e inflação, para os anos aqui estudados, de 1999 a 2019, porém com foco especificamente nos anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar se houve ou não ciclos político-eleitorais para países da América latina, entre os anos de 1999 a 2019. Para tal, foi realizado uma pesquisa de cunho quantitativo, com base em dados referentes aos agregados macroeconômicos de 14 países selecionados da América Latina.

A partir dos resultados obtidos através dos cálculos, pudemos observar que em alguns casos obteve-se significância estatística, e em outros, mesmo não obtendo, chegou-se a resultados que corroboram com a teoria. A não significância estatística não significa dizer que rejeitamos a hipótese da existência dos ciclos político-eleitorais pelo contrário, nos ajuda a entender e observar melhor como as eleições e as ideologias partidárias podem influenciar nos agregados macroeconômicos. Para que se possa obter melhores soluções acerca deste assunto, é necessário um maior número de variáveis, principalmente pelo fato de se estar trabalhando com países, tendo assim muitos fatores externos e internos, dos quais tem influência na alternância dos agregados.

Este tema é de extrema importância para entendermos melhor o funcionamento das políticas públicas que os governantes praticam. Os formuladores de políticas podem ou não fazer benfeitorias pensando exclusivamente no bem-estar da sua população, ou apenas buscar o benefício líquido para angariar votos e popularidade. Os resultados deste trabalho podem contribuir para a melhoria do conhecimento das pessoas, para que estas venham a entender e identificar a existência de ciclos político-eleitorais, e assim fazendo, escolher de uma maneira mais racional aqueles que serão os responsáveis pela execução das políticas que irão impactar diretamente na vida dos indivíduos que compõem a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A.; ROUBINI, N.; COHEN, G D. **Political cycles and the macroeconomy**. Cambridge: The MIT Press, 1997.

Almeida, R. G. de. A economia política reabilitada: a formação e as controvérsias da teoria dos ciclos político-econômicos, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2020.

Anthony Downs. In WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Anthony_Downs. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

BOLZAN, D. D. **Ciclos político-econômicos e a eleição presidencial brasileira de 2014**. 2016. Dissertação (Mestrado em economia do desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BOLZAN, D. D. Teoria dos ciclos político-econômicos: interpretando a relação entre política e econômica. 2016

BORSANI, H. **Eleições e economia**: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998), Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

BRAGANÇA, L. P. de O. e. **Por que o Brasil é um país atrasado?** – 2ª Edição Revista e Ampliada – São Paulo, SP: Maquinaria Studio, 2019.

COPPEDGE, Michael. (1997), A classification of Latin American political parties. Kellogg Institute, University of Notre Dame. Working Paper, nº 244.

COSTA, S. F. **Democracia e macroeconomia**: eleições e ciclos político-econômicos na América Latina (1994-2011). 2012. Dissertação (Mestrado em ciência política) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

Dal-Ri, F. e Correia, F. M. Ciclos político-eleitorais e alocações dos gastos públicos: uma análise para os municípios brasileiros. *Revista de Economia*, v. 40, n. 73, p. 305-322, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/68176>. Acesso em: 08 nov. 2022

Expectativas racionais. **Mais retorno**, 2019. Disponível em: <https://maisretorno.com/porta/termos/e/expectativas-rationais>. Acesso em: 08 nov. 2022

FIALHO, TMM Ciclos políticos: uma resenha. *Revista Brasileira de Economia Política*, [S. l.], v. 19, n. 2, pág. 131-149, 1999. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1060>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FMI. Estatísticas Financeiras Internacionais. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Data>

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. P. 161-171.

GOBBI, S. G. **Teoria dos ciclos político-econômicos**: um estudo de São Paulo e Minas Gerais. 2011. Monografia (Bacharel em ciências econômicas) – Universidade estadual paulista, São Paulo, 2011.

Nagakuma, M. Y; Bender, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 64, n. 1, 3-24p, Jan-Mar 2010.

Neto, W. P; Rossi, G. F. Ciclos político-econômicos no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, v. 16, n. 2, p. 359-376, jul/dez. 2016.

NORDHAUS, W. The political business cycle. The review of economic studies, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

Orair, R. O; Gouvêa, R.R; Leal, É. M. Ciclos político-eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil. Texto para Discussão 1999. Rio de Janeiro, agosto de 2014.

Puchale, C. L. **Ciclos político-econômicos nos estados brasileiros: uma análise do gasto público através de dados em painel espacial de 2003 a 2014.** 2019. Dissertação (Mestrado em economia e desenvolvimento) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

Salvato, M. A. et al. Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no brasil, 1985-2006. **Revista de Economia e Administração**, v.7, n.1, 1-20p, jan./mar. 2008.

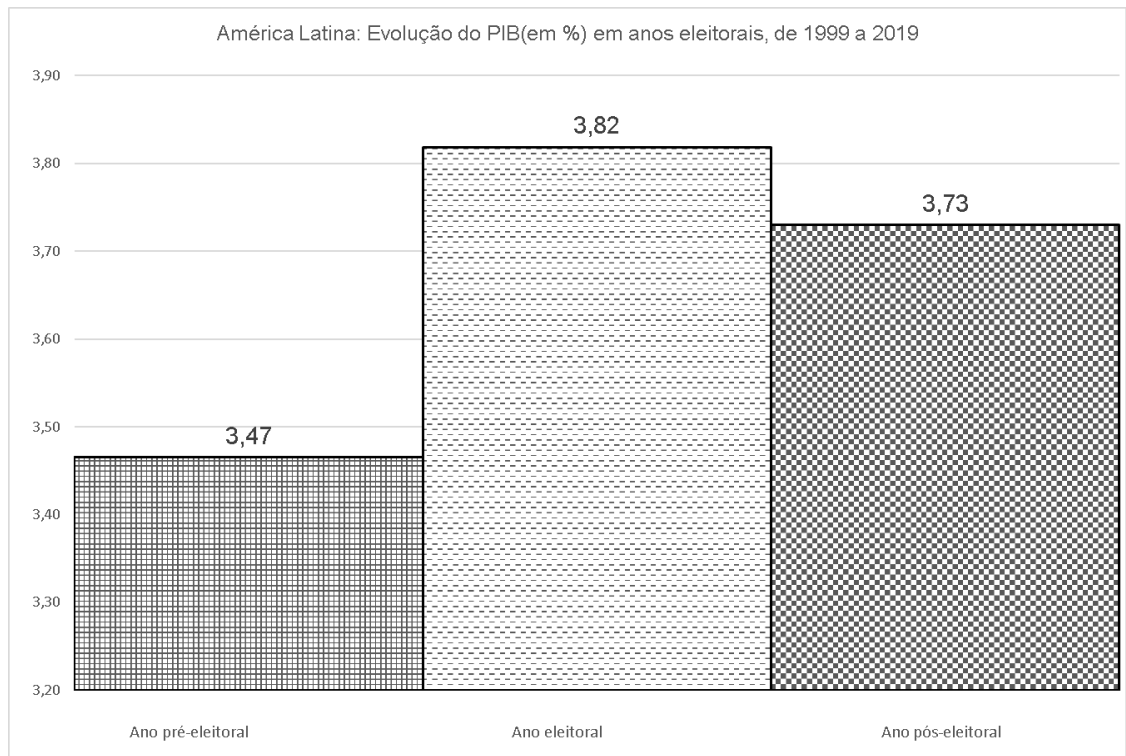
Siqueira, F. F. de. Ciclo político: uma revisão literária. Temas de economia aplicada. Informações fipe. Abril de 2016. Conteúdo completo disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/>

The World Bank, dados abertos do banco mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>

APÊNDICE A – EVOLUÇÃO DO PIB EM ANOS ELEITORAIS

Gráfico 1.1

América Latina: Evolução do PIB (em %) em anos eleitorais, de 1999 a 2019

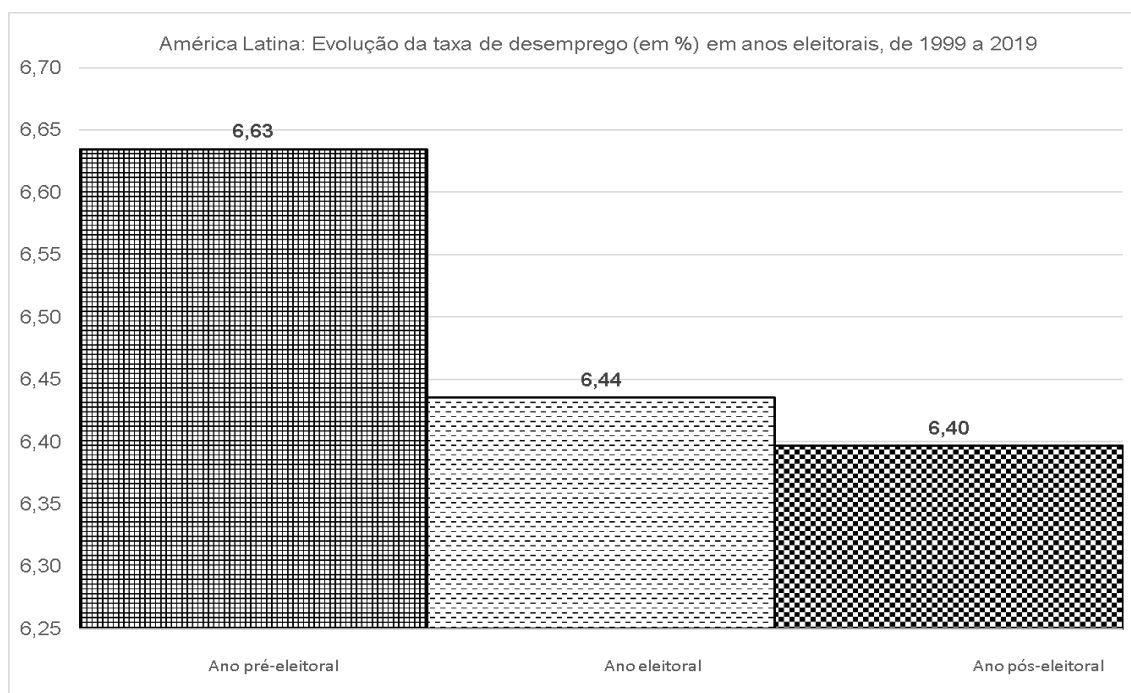


Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do Word Bank para o período de 1999 a 2019

APÊNDICE B – EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM ANOS ELEITORAIS

Gráfico 1.2.1

América Latina: Evolução da taxa de desemprego (em %) em anos eleitorais, de 1999 a 2019

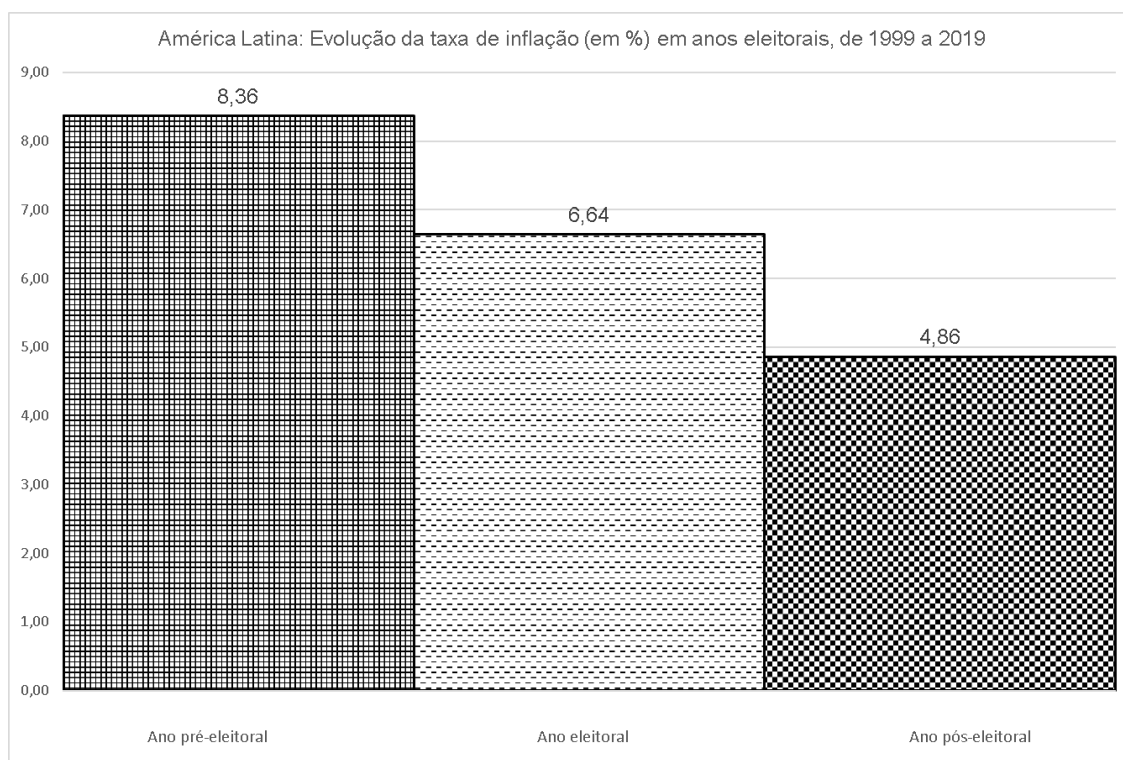


Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do Word Bank para o período de 1999 a 2019

APÊNDICE C – EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO EM ANOS ELEITORAIS

Gráfico 1.3.1

América Latina: Evolução da taxa de inflação (em %) em anos eleitorais, de 1999 a 2019



Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do Word Bank para o período de 1999 a 2019